

Santa Fé Energética S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Período de Seis Meses Findo em
30 de Junho de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Santa Fé Energética S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Santa Fé Energética S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

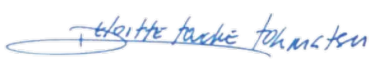
Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1).

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº 1 MG 076441/O-9

2021BH008021_SFE 2021-06-30 - Relatório do Auditor Santa Fé.docx

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2021. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4 (a)	7.843	6.978	Fornecedores		2.996	452
Aplicações financeiras	4 (b)	2.023	5.120	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		25	235
Contas a receber de clientes	5	11.838	8.124	Impostos e contribuições a recolher		1.069	376
Impostos a recuperar		572	478	Provisão para férias e 13º salário		284	243
Despesas antecipadas		146	357	Receita diferida	9	529	-
Outros ativos circulantes		109	110	Provisões para compromissos futuros	10	289	562
		<u>22.531</u>	<u>21.167</u>	Dividendos a pagar	8 e 11 (c)	25.560	20.791
				Outros passivos	1.2 e 15	2.870	1.430
						<u>33.622</u>	<u>24.089</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições diferidos	14	36	14	Provisões para compromissos futuros	10	14.757	15.066
Depósitos judiciais		3.598	3.557	Provisões para riscos		626	626
Imobilizado	6	130.687	119.114			<u>15.383</u>	<u>15.692</u>
Intangível	7	1.168	1.323				
		<u>135.489</u>	<u>124.008</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
				Capital social		59.134	59.134
				Reservas de lucros		49.881	46.260
						<u>109.015</u>	<u>105.394</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>158.020</u>	<u>145.175</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>158.020</u>	<u>145.175</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	12	34.720	31.159
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA			
Taxas setoriais		(50)	(46)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(210)	(175)
Custos com pessoal		(617)	(591)
Custos com operação		(101)	(115)
Custos com manutenção		(1.061)	(397)
Outros custos		(108)	(15)
Custo com meio ambiente		(12)	(2)
Custo com seguros		(548)	(112)
Repactuação do risco hidrológico	1.2	(1.438)	(1.373)
Custos com depreciação e amortização	6 e 7	(2.043)	(2.051)
		(6.188)	(4.877)
LUCRO BRUTO		28.532	26.282
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal e administradores		(980)	(934)
Despesas administrativas e gerais		(401)	(321)
Outras despesas operacionais		(735)	(505)
		(2.116)	(1.760)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		26.416	24.522
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	13	(67)	(69)
Receitas financeiras	13	142	64
		75	(5)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		26.491	24.517
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	14	(1.163)	(985)
Diferido	14	17	(24)
		(1.146)	(1.009)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		25.345	23.508
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,54	0,50
Quantidade média ponderada de ações		46.817.622	46.817.622

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	25.345	23.508
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>25.345</u>	<u>23.508</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva Especial	Dividendos propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		59.134	11.826	21.696	-	-	92.656
							-
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,46 por ação)	11 (c)	-	-	(21.696)	-	-	(21.696)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	23.508	23.508
Dividendos propostos (R\$ 0,50 por ação)	11 (d)	-	-	-	23.508	(23.508)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		<u>59.134</u>	<u>11.826</u>	<u>-</u>	<u>23.508</u>	<u>-</u>	<u>94.468</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		59.134	11.826	34.434	-	-	105.394
							-
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,46 por ação)	11 (c)	-	-	(21.724)	-	-	(21.724)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	25.345	25.345
Dividendos propostos (R\$ 0,54 por ação)	11 (d)	-	-	-	25.345	(25.345)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021		<u>59.134</u>	<u>11.826</u>	<u>12.710</u>	<u>25.345</u>	<u>-</u>	<u>109.015</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	30/06/2021	30/06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		26.491	24.517
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa do imobilizado e intangível	6 e 7	-	(592)
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	13	(41)	(19)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	13	(25)	(44)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	13	59	51
Depreciação e amortização	6 e 7	2.043	2.051
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	1.2	1.438	1.373
Constituição do ajuste MRE		450	(250)
Apropriação de receita diferida		96	(571)
PIS e COFINS diferidos sobre ajuste MRE		(20)	30
Provisão para riscos		-	(342)
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes		(3.714)	(1.596)
Impostos a recuperar		(94)	(49)
Despesas antecipadas		211	101
Outros ativos		(17)	587
Fornecedores		(492)	122
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(210)	(201)
Impostos e contribuições a recolher		(142)	(635)
Provisão de férias e 13º salário		41	48
Pagamento compromissos futuros	10	(273)	(186)
Outros passivos		2	-
Caixa gerado nas operações		25.803	24.395
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(325)	(280)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		25.478	24.115
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Resgates (aplicações) em aplicações financeiras		3.122	(2.039)
Aquisição de imobilizado e intangível	6 e 7	(10.780)	(403)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(7.658)	(2.442)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos pagos	11	(16.955)	(20.042)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(16.955)	(20.042)
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		865	1.631
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4 (a)	6.978	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4 (a)	7.843	1.632
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		865	1.631

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

SANTA FÉ ENERGÉTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santa Fé Energética S.A. (“Companhia” ou “Santa Fé”) é uma subsidiária direta da PCHPAR - PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A. e foi constituída em 10 de agosto de 2004 como sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Prudente de Moraes, 1.250, 10º e 11º andares, Coração de Jesus, Belo Horizonte - MG.

A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 608/2002 e nº 121/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Santana do Deserto, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 30 MW e uma linha de transmissão em 138 kV com de 11km de extensão.

A energia gerada está integralmente contratada no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de julho de 2008.

Em 9 de maio de 2008, através do Despacho ANEEL nº 1.806, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, ambas com potência instalada de 15 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 30 MW e energia anual assegurada de 26,10 MW médios. O término de sua autorização se dará em 4 de novembro de 2032.

As informações sobre capacidade de licença instalada e em operação, energia anual assegurada e quilômetros de extensão, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2021, o balanço patrimonial apresenta capital circulante líquido negativo, no montante de R\$11.091 (R\$2.922 em 31 de dezembro de 2020). No entanto, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere a dividendos a pagar aos acionistas da Companhia e a Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Essas informações financeiras intermediárias individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgadas em 8 de fevereiro de 2021.

1.1. Mecanismo de realocação de energia - MRE

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Eletrobrás emitiu comunicado informando os descontos referentes aos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") no montante de R\$66. Os valores estão sendo descontados dos faturamentos da Companhia em parcelas mensais (1/12 avos mensais) de janeiro a dezembro de 2021.

1.2. Repactuação do Risco Hidrológico - RRH

A Companhia aderiu à RRH nos termos da Lei nº 13.203/2015 e Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Nesta opção, o gerador do MRE transfere integralmente o risco hidrológico dos contratos regulados de venda de energia mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base janeiro/2015, anualmente atualizado pelo IPCA) até o final desses contratos.

A partir de julho de 2020, a Eletrobrás informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Companhia, no próprio mês de sua realização, não sendo, portanto, aplicado o desconto do faturamento conforme inicialmente informado aos agentes do PROINFA.

Em 24 de agosto de 2020, a Companhia apresentou notificação de controvérsia à Eletrobrás, manifestando a discordância com o procedimento adotado pela empresa no que se refere ao desconto do valor do Prêmio de Risco Hidrológico ("PRH") no pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente (julho/20).

Em 21 de setembro de 2020, a Eletrobrás se pronunciou sobre a notificação de controvérsia, informando que encaminhou o assunto para a análise da sua área jurídica e tributária, e está avaliando também a necessidade de realização de Consulta à ANEEL para que esta se pronuncie.

Em 11 de março de 2021, a Companhia apresentou manifestação acerca do pronunciamento da Eletrobras ratificando o teor as notificações de controvérsia e reiterando a solicitação quanto ao procedimento de desconto do valor do PRH.

Em 30 de junho de 2021, a companhia possui uma provisão de R\$2.868 constituída no passivo circulante na rubrica "outros passivos" em contrapartida ao resultado na rubrica "prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)". O respectivo efeito no resultado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 montou em R\$1.438.

1.3. Túnel de Adução da Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")

Em agosto de 2020, com uso de Veículo Submersível Remotamente Operado ("ROV"), a Companhia realizou inspeção no Túnel de Adução do empreendimento, quando foi possível identificar, em trecho com aproximadamente 44 metros de extensão, colapso parcial daquela estrutura, com danos na parede lateral e abóbada.

As intervenções necessárias à recomposição das condições de segurança operacional do Túnel de Adução foram iniciadas no mês de maio e a produção de energia interrompida, com estimativa de retomada da geração no mês de julho.

Até a data base de 30 de junho de 2021 foram reconhecidos no ativo fixo, na rubrica de “Imobilizado em Andamento”, o montante de R\$13.345 referente ao reestabelecimento da condição operativa do empreendimento.

Destaca-se que a Companhia está amparada por seguro de risco operacional, tendo sido emitido o pertinente aviso de sinistro à Seguradora em 1º de setembro de 2020.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que devem ser lidas em conjunto com essas informações financeiras intermediárias.

3. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia não realizou alterações significativas na forma e no gerenciamento de riscos em comparativo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais, individuais, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	2.996	-	-	2.996
Outros passivos	2	-	-	2
Total	<u>2.998</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.998</u>

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Bancos	1.802	-
Aplicação em Certificados de Depósitos Bancários	<u>6.041</u>	<u>6.978</u>
	<u>7.843</u>	<u>6.978</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado à 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

b) Aplicações financeiras

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Fundos de investimentos em renda fixa (i)	<u>2.023</u>	<u>5.120</u>
	<u>2.023</u>	<u>5.120</u>

- (i) Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 62,83% e 119,41% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$11.838 em 30 de junho de 2021 (R\$8.124 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A partir de julho de 2020, com o início do pagamento do prêmio de risco hidrológico, a Eletrobrás passou a descontar do pagamento da primeira parcela da fatura do mês correspondente, e não como ajuste financeiro no faturamento conforme previsto no contrato PROINFA, no âmbito do MRE, permanecendo em 30 de junho de 2021, na rubrica contas a receber o valor de R\$2.627 até que a controvérsia seja dirimida com a Eletrobrás (vide nota explicativa nº 1.2).

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base tanto nas características do PROINFA quanto em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas, valendo destacar a neutralidade garantida à ELETROBRAS como administradora do programa.

6. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	30/06/21	31/12/20
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	-	11.827	-	11.827	11.740
Turbina hidráulica	2,50%	18.488	(5.754)	12.734	12.965
Conduto forçado	3,13%	286	(64)	222	226
Gerador	3,33%	15.714	(5.458)	10.256	10.362
Comporta	3,33%	1.595	(529)	1.066	1.077
Subestação unitária	3,57%	3.981	(1.863)	2.118	2.189
Estrutura de tensão	3,57%	2.988	(1.287)	1.701	1.754
Casa de força produção hidráulica	2,00%	19.354	(4.969)	14.385	14.579
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	72.902	(18.154)	54.748	55.898
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-	1.230
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	13.526	(5.617)	7.909	5.814
Imobilizado em curso	-	13.721	-	13.721	1.280
		<u>174.382</u>	<u>(43.695)</u>	<u>130.687</u>	<u>119.114</u>

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

Para os móveis e utensílios e computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos da Lei 12.783/2013 e do Decreto 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Em 11 de junho de 2021 foi publicada a Lei 14.120/21, a qual dispõe que os titulares de outorga para geração de energia, com prazo de 30 anos, terão seus prazos de autorização contados a partir da declaração de operação comercial da primeira unidade geradora. O ajuste dos respectivos termos de outorga será realizado após apreciação pela Aneel do atendimento aos critérios estabelecidos na referida lei.

Em 08 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/20, que alterou a Lei 13.203/2015, dentre outras, para permitir a compensação aos geradores afetados por efeitos relacionados ao GSF, retroativamente a 2012, por meio da extensão do prazo de suas outorgas, limitada a 7 anos. A legislação foi regulamentada pela ANEEL por meio das Resoluções Normativas 895/2020 e 930/2021. Em 13.07.2021 foi publicada a Lei 14.182, a qual consolidou o direito a extensão também àqueles agentes que repactuaram nos termos da Resolução Normativa 684/2015. O processo de cálculo e homologação das extensões encontra-se em curso na ANEEL / CCEE.

Eventuais efeitos contábeis decorrentes desses assuntos, somente serão refletidos nas demonstrações financeiras mediante aprovação da ANEEL e dos órgãos de governança da Companhia.

A Companhia mediante seus órgãos técnicos reexaminou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCPSE, com respaldo nas autorizações concedidas, bem como no previsto na lei 13.360/2016, no Decreto 9.158/2017, Nota Técnica ANEEL 062/2018 e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultado às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Portanto, no caso da Companhia, não há, no momento atual, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizadas para depreciação dos ativos, tendo em vista que estes possuem vida útil superior aos prazos das outorgas, que, por sua vez, serão renovadas a partir do ano de 2028, mediante procedimentos e critérios já definidos na legislação, já devidamente regulamentados. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

b) Movimentação do imobilizado

06/2021

<u>Custo</u>	<u>31/12/20</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>30/06/21</u>
Terrenos	11.740	87	-	-	11.827
Turbina Hidráulica	18.488	-	-	-	18.488
Conduto forçado	286	-	-	-	286
Gerador	15.560	154	-	-	15.714
Comporta	1.582	176	(163)	-	1.595
Subestação unitária	3.981	-	-	-	3.981
Estrutura de tensão	2.988	-	-	-	2.988
Casa de força produção hidráulica	19.354	-	-	-	19.354
Reservatório, barragem, adutora	73.357	-	(455)	-	72.902
Adiantamento a fornecedores	1.230	-	-	(1.230)	-
Outras máquinas e equipamentos	11.168	1.128	-	1.230	13.526
Imobilizado em curso	1.280	12.441	-	-	13.721
	<u>161.014</u>	<u>13.986</u>	<u>(618)</u>	<u>-</u>	<u>174.382</u>

Custo	31/12/20	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/06/21
(-) Depreciação:					
Turbina Hidráulica	(5.523)	(231)	-	-	(5.754)
Conduto forçado	(60)	(4)	-	-	(64)
Gerador	(5.198)	(260)	-	-	(5.458)
Comporta	(505)	(24)	-	-	(529)
Subestação unitária	(1.792)	(71)	-	-	(1.863)
Estrutura de tensão	(1.234)	(53)	-	-	(1.287)
Casa de força produção hidráulica	(4.775)	(194)	-	-	(4.969)
Reservatório, barragem, adutora	(17.459)	(695)	-	-	(18.154)
Outras máquinas e equipamentos	(5.354)	(263)	-	-	(5.617)
	(41.900)	(1.795)	-	-	(43.695)
Imobilizado líquido	<u>119.114</u>	<u>12.191</u>	<u>(618)</u>	<u>-</u>	<u>130.687</u>

06/2020

Custo	31/12/19	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/06/20
Terrenos	13.578	28	-	-	13.606
Turbina Hidráulica	17.912	-	-	-	17.912
Conduto forçado	46	-	-	-	46
Gerador	15.099	-	-	-	15.099
Comporta	1.099	-	-	44	1.143
Subestação unitária	3.981	-	-	-	3.981
Estrutura de tensão	2.912	-	-	-	2.912
Casa de força produção hidráulica	19.354	-	-	-	19.354
Reservatório, barragem, adutora	72.429	749	-	-	73.178
Outras máquinas e equipamentos	11.291	41	(890)	-	10.442
Imobilizado em curso	192	44	-	(44)	192
	<u>157.893</u>	<u>862</u>	<u>(890)</u>	<u>-</u>	<u>157.865</u>
(-) Depreciação:					
Turbina Hidráulica	(5.000)	(224)	-	-	(5.224)
Conduto forçado	(12)	(1)	-	-	(13)
Gerador	(4.600)	(251)	-	-	(4.851)
Comporta	(415)	(18)	-	-	(433)
Subestação unitária	(1.650)	(71)	-	-	(1.721)
Estrutura de tensão	(1.113)	(52)	-	-	(1.165)
Casa de força produção hidráulica	(4.388)	(193)	-	-	(4.581)
Reservatório, barragem, adutora	(16.073)	(693)	-	-	(16.766)
Outras máquinas e equipamentos	(5.043)	(266)	298	-	(5.011)
	(38.294)	(1.769)	298	-	(39.765)
Imobilizado líquido	<u>119.599</u>	<u>(907)</u>	<u>(592)</u>	<u>-</u>	<u>118.100</u>

(*) Transferências entre contas do ativo imobilizado.

7. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	Taxa de amortização	30/06/21	31/12/20
Servidões	-	73	65
Software	20%	1.400	1.316
Medidas compensatórias	20%	1.888	1.888
Indenização de terras	-	132	132
Legalização de terras	-	25	25
Amortização acumulada	-	(2.350)	(2.103)
		<u>1.168</u>	<u>1.323</u>

b) Movimentação do intangível

06/2021

Custo	31/12/20	Adições	Baixas	30/06/21
Servidões	65	8	-	73
Software	1.316	84	-	1.400
Medidas compensatórias	1.888	-	-	1.888
Indenização de terras	132	-	-	132
Legalização de terras	25	-	-	25
	<u>3.426</u>	<u>92</u>	<u>-</u>	<u>3.518</u>
(-) Amortização:				
Software	(461)	(113)	-	(573)
Medidas compensatórias	(1.642)	(135)	-	(1.777)
	<u>(2.103)</u>	<u>(248)</u>	<u>-</u>	<u>(2.350)</u>
Intangível líquido	<u>1.323</u>	<u>(155)</u>	<u>-</u>	<u>1.168</u>

06/2020

Custo	31/12/19	Adições	Baixas	30/06/20
Servidões	296	-	-	296
Software	947	318	-	1.265
Medidas compensatórias	1.682	-	(40)	1.642
Indenização de terras	132	-	-	132
Legalização de terras	40	-	-	40
	<u>3.097</u>	<u>318</u>	<u>(40)</u>	<u>3.375</u>
(-) Amortização				
Software	(255)	(92)	-	(347)
Medidas compensatórias	(1.387)	(190)	-	(1.577)
	<u>(1.642)</u>	<u>(282)</u>	<u>-</u>	<u>(1.924)</u>
Intangível líquido	<u>1.455</u>	<u>36</u>	<u>(40)</u>	<u>1.451</u>

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
<u>Outras receitas</u>		
Receita com venda de ativo imobilizado (i)	-	579
<u>Passivo circulante - fornecedores</u>		
Brasil PCH S.A. (ii)	5	348
<u>Passivo circulante - dividendos a pagar</u>		
PCHPAR Participações S.A.	25.560	20.791

(i) Refere-se a venda de transformador elevador para a São Joaquim Energia S.A. em 30 de junho de 2020.

(ii) Refere-se à gastos com serviços comuns entre as empresas, os quais são reembolsados através de notas de débito.

As disposições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2021 a remuneração da Administração foi de R\$7 (R\$7 em 30 de junho de 2020).

9. RECEITA DIFERIDA

a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
Exposição ao MRE (a)	529	-
	<u>529</u>	<u>-</u>

b) Movimentação da receita diferida

06/2021

	<u>31/12/20</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/21</u>
Exposição ao MRE (a)	-	529	-	529
	<u>-</u>	<u>529</u>	<u>-</u>	<u>529</u>

06/2020

	<u>31/12/19</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/20</u>
Exposição ao MRE (b)	<u>1.125</u>	<u>61</u>	<u>(571)</u>	<u>615</u>
	<u>1.125</u>	<u>61</u>	<u>(571)</u>	<u>615</u>

(a) Exposição ao MRE- 2021 - Vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1.

(b) Exposição ao MRE- 2020.

10. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS

	<u>31/12/20</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização Financeira</u>	<u>30/06/21</u>
Compromissos socioambientais (a)	10.607	-	(455)	(82)	59	10.129
Provisão para medidas compensatórias (b)	273	-	-	(191)	-	82
Provisão para legalização de terras (c)	25	-	-	-	-	25
Provisão para indenizações de terras (d)	4.723	87	-	-	-	4.810
Total	<u>15.628</u>	<u>87</u>	<u>(455)</u>	<u>(273)</u>	<u>59</u>	<u>15.046</u>
Passivo circulante	562					289
Passivo não circulante	15.066					14.757

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê o reflorestamento de áreas. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir ainda as terras a serem reflorestadas. O PACUERA ainda está em processo de aprovação por parte do agente licenciador competente.
- (b) Provisão para medidas compensatórias - a licença de operação da Companhia foi obtida junto ao IBAMA em 13 de junho de 2013, com prazo de 5 anos, sendo posteriormente prorrogada por prazo indeterminado, até a conclusão da análise do processo de renovação pelo Órgão Ambiental. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros.
- (c) Provisão para legalização de terras - a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras - para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$59.134 e está representado por 46.817.622 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pertencentes em sua totalidade à PCHPAR - PCH Participações S.A.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. A Companhia não vem constituindo reserva legal, uma vez, que atingiu, em exercícios anteriores, o limite de 20% do capital social estabelecida pela legislação societária.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Em 18 de fevereiro de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2019	24.212
Dividendos distribuídos	21.696
Dividendos pagos	(20.042)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>25.866</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.791
Dividendos distribuídos	21.724
Dividendos pagos	(16.955)
Saldo em 30 de junho de 2021	<u><u>25.560</u></u>

d) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$25.345 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2021 (R\$23.508 em 30 de junho de 2020), a ser aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária – AGE.

12. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/20</u>
Receita Bruta:		
Venda de energia elétrica	36.581	31.518
Ajustes:		
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	(575)	821
Recontabilização + Consumo Interno	29	-
	<u>36.035</u>	<u>32.339</u>

	30/06/21	30/06/20
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(1.335)	(1.150)
PIS e COFINS diferido	20	(30)
	<u>(1.315)</u>	<u>(1.180)</u>
Receita líquida	<u>34.720</u>	<u>31.159</u>

13. RESULTADO FINANCEIRO

	30/06/21	30/06/20
Despesas financeiras:		
Atualização financeira sobre compromissos futuros	(59)	(51)
Outras despesas	(8)	(18)
	<u>(67)</u>	<u>(69)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	25	44
Rendimentos de aplicações em renda variável	74	-
Atualização depósito judicial	41	19
Outras receitas	2	1
	<u>142</u>	<u>64</u>
Total líquido	<u>75</u>	<u>(5)</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/21		30/06/20	
	IRPJ (*)	CSLL	IRPJ (*)	CSLL
Receita corrente	36.581	36.581	31.518	31.518
Receita Diferida	(546)	(546)	821	821
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	25	25	44	44
Outras receitas financeiras	74	74	20	20
Outras receitas	43	43	13	13
Base de cálculo	<u>3.025</u>	<u>4.466</u>	<u>2.664</u>	<u>3.958</u>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	756	402	666	356
Diferença de alíquota (*)	(12)	-	(12)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>744</u>	<u>402</u>	<u>654</u>	<u>355</u>
Correntes	(755)	(408)	(638)	(347)
Diferidos	11	6	(16)	(8)

(*) Até o limite de R\$240 a alíquota do IRPJ é de 15%.

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido da Companhia é composto como segue:

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
PIS/COFINS diferidos	19	8
IRPJ/CSLL diferidos	17	6
	<u>36</u>	<u>14</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>30/06/21</u>	<u>31/12/20</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	7.843	6.978
Aplicações financeiras	2.023	5.120
Contas a receber	11.838	8.124
Depósitos judiciais	3.598	3.557
Outros ativos	109	110
<u>Passivos financeiros:</u>		
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:		
Fornecedores	2.996	452
Outros passivos	2	-

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do período, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas efetivas de juros CDI (6,75%) em 30/06/2020, de acordo com a data de vencimento de cada operação. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

<u>Operação</u>	<u>Exposição 30/06/21</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6.041	Diminuição do CDI	Resultado	408	306	204
Aplicação financeira	2.023	Diminuição do CDI	Resultado	<u>137</u>	<u>102</u>	<u>68</u>

16. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

Em 28 de abril de 2021, a Companhia contratou cobertura de seguro no valor de R\$9.274 para indenizações por danos civis, com vigência até 28 de abril de 2022, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2021, com vigência até 27 de junho de 2022, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$244.643, lucros cessantes no montante de R\$88.393, linha transmissão - R\$4.487 e Barragens - R\$84.298.

17. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>30/06/21</u>	<u>30/06/20</u>
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	(455)	40
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e ativo intangível	87	773
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado	42	4
Baixa de imobilizado em contrapartida a rubrica de outros valores a receber	-	579
		-
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	3.036	-
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de impostos	217	-

Adicionalmente as informações apresentadas as transações não caixa pertinentes as adições do ativo imobilizado e intangível afetam a conciliação das suas respectivas notas com a Demonstração do Fluxo de Caixa. As adições pela competência, deduzidas das adições da provisão para compromissos futuros, deduzidas da aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida a rubrica de fornecedores, deduzidas da aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida a rubrica de impostos, somadas ao montante de reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado do período, montam o saldo apresentado na Demonstração de Fluxo de Caixa.

18. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 12 de agosto de 2021.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz
Diretor

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar Diretor

Contador

Rafael Lopes Carvalhais
CRC MG – 110.880/O-2